



**Terceiro Processo de Formação em Extensão Rural a estudantes de
Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ**
*Third Process of Training in Rural Extension to Undergraduate Students in
Education in The Field of UFRRJ*

MIRANDA, Jaime Rodrigo da Silva.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, jrmird@yahoo.com.br

Eixo temático: Educação em Agroecologia

Resumo: Este trabalho discute a iniciativa de se promover uma formação básica na área de Extensão Rural a estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) da UFRRJ. Na matriz curricular da LEC não há nenhuma disciplina que trata desta temática, o que é considerado pelo autor deste relato uma séria lacuna na graduação dos/as futuros/as Educadores, frente à marcante proximidade política existente entre as duas áreas tanto como formação acadêmica quanto na atuação profissional visando o fortalecimento da Agricultura Familiar do país. Esta experiência visa, à medida do possível, suprir esta lacuna, contribuindo para redução do distanciamento entre dois universos de conhecimento que necessitam de maior diálogo para viabilizar transformações sociais pretendidas por ambas.

Palavras-Chave: Extensão Rural; Educação do Campo; Formação Complementar.

Keywords: Rural Extension; Field Education; Complementary Training

Contexto

Este relato apresenta uma experiência em seu terceiro momento na UFRRJ, que consiste na oferta do *Curso de Extensão em Extensão Rural* a estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LEC). A motivação da proposta parte da ausência de disciplina obrigatória ou optativa que trate especificamente da temática Extensão Rural na matriz curricular da LEC, o que, na visão do autor deste relato e mentor do projeto, representa uma grave lacuna formativa a ser preenchida.

A criação da LEC na UFRRJ ocorreu em 2010, por meio de edital PRONERA/2009 em parceria com movimentos sociais e sindicais do campo e representação de povos tradicionais (UFRRJ, 2018). Nesta primeira versão, a formação se baseou na Pedagogia da Alternância contando com representantes de assentamentos, quilombos, comunidade indígena, ocupações urbanas, havendo duas habilitações: uma em Ciências Sociais e Humanidades e outra em Agroecologia. A institucionalização do curso ocorreu em 2013, via edital do MEC/2012 que possibilitou sua oferta regular em várias universidades. No Projeto Político Pedagógico (PPP) atual, dentre todas as disciplinas e atividades acadêmicas contidas em 2 eixos (eixo Ciências Sociais e Humanidades; eixo Pedagógico, Agroecologia e Diversidade) não há nenhuma que contemple, especificamente, Extensão Rural. O tema está presente em uma única obrigatória do primeiro eixo intitulada *Ideologia do Moderno no Campo*, sob a forma de um item da ementa



assim descrito: “... a Extensão Rural e outros ‘processos modernizantes’” (UFRRJ, 2018, p.26. Grifo do autor).

O processo de institucionalização dos cursos regulares destas Licenciaturas através do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO, de 2010) e o processo de institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, de 2004) se orientam por princípios e objetivos bastante convergentes, principalmente no tocante à participação de representantes das populações do campo na sua construção e ao fortalecimento destes segmentos historicamente negligenciados nas agendas de desenvolvimento do país. Assim, a experiência aqui relatada se torna, em certa medida, uma possibilidade de cobertura desta defasagem formativa.

O objetivo geral é garantir que os/as futuros Educadores(as) do Campo conheçam a proximidade entre sua área de atuação e prática extensionista em vigor no país, sendo ambas instrumentos educacionais para garantia de profundas transformações sociais no campo. Freire (1977), já na década de 1960 problematizava o papel meramente tecnicista do Extensionista Rural defendendo que, para além do domínio de técnicas de produção, este profissional deve ser um educador que saiba dialogar com a realidade sócio-política em que se encontra o trabalhador rural, enfatizando processos comunicativos dialógicos entre técnico e agricultor para que este último seja também sujeito ativo de suas transformações. Este perfil de atuação dialógica do Extensionista na construção de saberes visando transformação e emancipação dos sujeitos do campo marca a concepção de Freire quanto ao projeto de Extensão Rural. Tal concepção fundamentou os princípios teórico-metodológicos contidos na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em vigor no país desde 2004, principalmente nas diretrizes que ressaltam a adoção de metodologias participativas nos processos de intervenção no campo, valorização dos saberes locais, viabilização de estratégias de desenvolvimento endógeno, perfil de atuação para além da dimensão técnica.

A principal contribuição que se espera da experiência para o tema gerador é enfatizar a necessidade de aproximação entre Extensão Rural e Educação do Campo nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, considerando que ambas as áreas têm na Agroecologia um eixo de orientação para fundamentar processos de formação e ações de intervenção nas comunidades rurais, visando fortalecimento de suas populações em seus direitos sócio-culturais e territoriais na luta contra a desterritorialização do campesinato que vem ocorrendo por meio da força de projetos baseados em avanços de setores vinculados ao agronegócio e mídia.

A experiência foi realizada no campus da UFRRJ, em Seropédica-RJ no período de 4 a 14 de junho de 2019, com carga horária de 16 horas.

Descrição da Experiência



Contando com a experiência de seu autor como Extensionista Rural por cinco anos em áreas de reforma agrária na Amazônia e há nove como professor desta área, este processo de formação visa tratar especificamente da temática Extensão Rural que pode ser abordado sob os distintos focos: como área acadêmica em disciplina obrigatória nas Ciências Agrárias e área de formação *scripto sensu* nível de Mestrado e Doutorado; como área de atuação a profissionais de várias áreas oriundos principalmente das Ciências Agrárias e C. Humanas; como um direito assegurado a trabalhadores rurais no texto de nossa Constituição; como uma política pública federal, cujos princípios e objetivos são bastante similares aos apontados no PRONACAMPO.

Enfocando a ação extensionista através da PNATER, o curso aborda o histórico da política governamental ao longo dos últimos 70 anos, trazendo aos/as licenciandos as principais concepções que orientaram as práticas do passado e como tais concepções se diferem da “Nova Extensão Rural”. Esta apresenta como princípios o fortalecimento sócio-político e econômico da Agricultura Familiar, a garantia de direitos sociais no campo com sustentabilidade ambiental, tendo-se na Agroecologia o principal eixo de orientação das intervenções com uso de metodologias participativas e valorização dos saberes tradicionais, visando a permanência dos sujeitos do campo com qualidade de vida e protagonismo na construção dos caminhos de seus desenvolvimento e de sua história, garantindo segurança alimentar e nutricional no campo e à sociedade como um todo.

Esta proposta teórico-metodológica de fim educativo se alinha às propostas da LEC, fazendo com que um/a Extensionista Rural e um/a Educador do Campo sejam profissionais comprometidos com propósitos e públicos comuns.

No PPP da LEC da UFRRJ, um dos objetivos específicos é formar profissionais que desenvolvam estratégias pedagógicas visando a “formação de sujeitos humanos autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país.” (UFRRJ, 2018, p.8). De forma similar, a Extensão Rural é colocada como instrumento de profundas transformações sociais no campo, conforme o texto que normatiza a política pública (BRASIL, 2004). São notórias as afinidades políticas entre as duas áreas de atuação que podem resultar em parcerias junto às populações, mas que se tornam desconhecidas dos/as futuros Licenciados devido à ausência deste debate na composição da matriz. São duas forças políticas que pouco dialogam academicamente – e também no campo – reduzindo-se o potencial de transformação em conjunto.

O curso de 16 horas obteve 15 inscrições e dez estudantes presentes, sendo realizado no período denominado *Tempo Comunidade (TC)* no âmbito da Pedagogia da Alternância - primeira vez que a iniciativa ocorreu no TC, devido a limitações quanto à disponibilidade de sala no *campus* para ministrá-lo e disponibilidade do ministrante. Houve divulgação pela secretaria de graduação e inscrição dos/as interessados e a metodologia utilizada contou com aulas expositivas e debates presenciais em sala. Foi composto por oito aulas de duas horas diárias divididas em



uma unidade teórica e outra “prática”. A primeira aborda politicamente a Extensão como instrumento do Estado - a partir do pós-segunda Guerra - impulsionador do projeto de modernização agrícola e seus impactos, até o surgimento da *Nova Extensão Rural* no início dos anos 2000. Na segunda, traz-se a PNATER, sua nova concepção, limites, potencialidades e a experiência prática do professor e de outros/as extensionistas através de fotografias, vídeos e debates a cerca de situações cotidianas encontradas junto a agricultores/as e comunidades. São imagens dos trabalhos de Extensão Rural nas seguintes dimensões: Técnico-econômicas (criações animais, cultivos vegetais, atividades não agrícolas, créditos do PRONAF, desafios de produção e entraves para práticas mais sustentáveis, mercado, geração de renda, etc); Agroecológicas e Ambientais (desafios à adoção de princípios agroecológicos nas intervenções, educação ambiental, reflorestamento e recuperação, desafios diante de leis ambientais, etc); Sócio-culturais (relações de comunicação com agricultores, práticas metodológicas nas ações de campo, ações junto a escolas e acesso a educação, saúde, estradas, energia elétrica e infraestrutura básica nas comunidades, questões de gênero, étnicas, etc); Políticas e Organizativas (associativismo, cooperativismo, sindicalismo, movimentos sociais, mediação com órgãos públicos, etc).

Pelos debates provocados, busca-se ao final problematizar a distância entre Extensionistas e Educadores/as do Campo, considerando que os últimos, partindo das escolas, devem construir processos de transformação da realidade rural, assim como os agentes de ATER em suas várias atribuições. “A busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater” (BRASIL, 2004, p. 4).



Figura 01. Aula Debate e Intervalo com Lanche com Parte da Turma Presente
Fonte: acervo pessoal do autor, 2019



Figura 02. Imagem de Uma Escola em Comunidade Rural e Imagem de Extensionista Rural discutindo Agroecologia e Ameaça de Alagamento de Comunidade por Projeto de Construção de Barragem, exibidas em aula debate
Fonte: acervo pessoal do autor, 2019

Resultados

Este processo de formação complementar tem possibilitado aos/as futuros Educadores compreender Extensão Rural como um direito do/a agricultor familiar brasileiro atualmente concebido sob forma de política pública que, mesmo em séria crise de operacionalidade, deve ser instrumento de marcantes mudanças sociais assim como o PRONACAMPO. Nesse sentido, conforme impressões da turma ao final do processo, tem-se reconhecido a relevância do tema para a/o Licenciado e a necessária interação entre as duas áreas, gerando-se maior interesse pela temática não apenas no âmbito acadêmico, mas em presentes e futuras ações no campo visando o fortalecimento das populações rurais num momento político a elas tão desfavorável.

Contribuições à Agroecologia se consolidam quando se consegue trabalhar na formação destes/as profissionais que poderão estar em Escolas do Campo a necessária proximidade entre as duas áreas que, seja na academia ou na prática profissional, são instrumentos de mudanças sociais a partir do viés agroecológico em dimensões como: segurança e soberania alimentar; papel do consumidor na sociedade; questões de igualdade de gênero; agrotóxicos como sério problema de saúde pública; direito ao acesso e permanência na terra; violência fundiária; direitos sociais no campo; produção e mercado; papel político do ensino superior, dentre outros. Agroecologia é temática obrigatória de formação na LEC representando na primeira turma uma das habilitações e compondo atualmente um dos eixos de formação do curso; na Extensão Rural, representa o principal eixo de orientação de ações segundo as diretrizes e princípios contidos na PNATER. Estas características fazem das temáticas tratadas no campo da Agroecologia fundamentais pontos de coesão entre Educação do Campo e Extensão Rural na busca pelo fortalecimento do campesinato, tão impactado por estratégias de desenvolvimento baseados no avanço de grandes empreendimentos rurais.

Desafios existem tanto para o/a Educador do Campo quanto para o/a Extensionista Rural para que suas atuações gerem as mudanças pretendidas politicamente, sendo

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte nos
Sistemas Agrícolas
Democratizados



um deles a própria formação em Agroecologia de forma a garantir aumento da qualificação profissional que contribua para adoção de princípios agroecológicos no campo, de forma efetiva e eficaz. Contudo, paralelo aos desafios há potencialidades e afinidades comuns às duas áreas que, se mantendo a LEC na UFRRJ isenta de incluir em seu processo formativo o debate sobre extensão rural, vários/as profissionais formados deixarão de conhecer essas afinidades, desperdiçando-se a possibilidade de integração entre universos tão próximos que juntos apresentam maior potencial de transformação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Disponível em <www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes_2010/Delib082CEPE2010.pdf> acesso em 14 de dezembro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.